



A UNIVERSIDADE E A IGREJA

pelo Prof. Doutor Augusto Vaz Serra,
da Faculdade de Medicina de Coimbra.

Fundação Cuidar o Futuro



Ao receber o honroso encargo de, neste primeiro Congresso da Juventude Universitária católica portuguesa, relatar o tema "A Universidade e a Igreja" não pude furtar-me de entrada a certa hesitação. Professor de uma ciência que tende fulgurantemente para a técnica, obrigado pelas circunstâncias a admirar e exaltar o facto em todo o seu quase ilimitado significado, vivendo na constante atenção e preocupação de eficiência profissional, pareceu-me que este problema não seria próprio de um cultor de ciências que propendem para a exactidão, mas antes de um outro cujo saber se tivesse aprofundado no campo da abstracção ideológica.

Mas, logo a seguir, vim a mim deste receio ao atentar no que nele havia de injusto se não ofensivo para aqueles que aceitando e reg^upeitando as directrizes da Igreja não esquecem a diligência e continua^o do aperfeiçoamento, direi mesmo a fé que devem à sua actividade docente.

Ignoro se, terá ou não havido, da parte da comissão directiva do Congresso, intenção deliberada nesta escolha, mas, seja como for, é, sentindo-me impulsionado pela obrigação de todos estes, que eu me encorajo a falar neste momento.

* * *

Tento agora colocar-me, como me compete, em meados do século XX, tendo em conta os avassaladores progressos da ciência e a transformação, cada vez mais perturbadora, da sociedade contemporânea. Temos hoje um mundo diferente e uma vida nova da dos nossos pais senão dos nossos irmãos mais velhos. Aqui encontramos agora agitação mais intensa, facilidade de comunicações, comodidades inesperadas, longevidade mais regularmente distribuída, menor desigualdade social, supressão do analfabetismo, a emancipação da mulher, instabilidade económica, reforço da autoridade do Estado.

E, como consequência natural destes factores, temos de reconhecer-lo, o homem chega a adulto mais cedo com quebra indiscutível da autoridade paterna ou da família. Sente-se, mal desperta, envolvido pelo grupo, fascina-se com a novidade e o bulício da vida colectiva, ne-



le se apaga insensivelmente a ideia de tradição, de família, de passado, de individualidade, de consciência histórica. Uma coisa principalmente o inquieta, vir a ser um como os outros, pôr-se no nível dos seus iguais, chegar apressadamente à mesa do banquete da vida.

Não nos interessa saber se isto é bom ou mau, pois se trata de um fenómeno social, cultural e político, de expansão universal, irresistível à vontade de um indivíduo ou grupo isolado.

Interessa-nos apenas tomar conta desta situação de facto e é neste estado de espírito que três perguntas se nos fazem: o que é a Universidade? o que é a Igreja?

A Universidade e a Igreja são instituições sem qualquer afinidade, ou pelo contrário devem viver em situação de mútuo respeito e compreensão, não obstante uma em permanente fervilhar de novos rumos e extensão, a outra sempre igual, vigilante, doutrinadora soberana e incomparável?

Sei que a estas perguntas já vários eminentes prelectores trouxeram a resposta perfeita, mas num estudo de conjunto como o que se me pede creio justificar-se uma recordação de conceitos.

1ª. - O que é a Universidade?

Impossível numa tentativa de definição de Universidade separarmos-nos do sentido histórico deste termo, Poderá dizer-se que a visão histórica é uma deformação hipertrofiada do real, na qual entra a sensibilidade do observador e a corrente de opinião criada pelo meio em que se faz a observação, mas os factos na sua crueza e singeleza do minam de longe qualquer sombra de subjectivismo enganador.

Desde os seus primórdios até aos nossos dias tem a Universidade passado por fases que lhe alteram quase totalmente o significado e o sentido. Começando por ser, de acordo com a tradução literária do termo, uma corporação, pois assim se chamavam na Idade Média as reuniões de profissionais tendentes à protecção da classe, de entrada corporação de professores, depois de professores e escolares logo a seguir lhe foi adstrito o papel dos estudos superiores formando através deles as pessoas cultas da nação.

Organizada, numa data em que a Igreja era detentora não só do poder espiritual como de uma grande parte do poder temporal, não



surpreende que a Igreja se devessem as suas directrizes e estruturação e todas as ciências professadas o fossem sob a sua autoridade e condução.

A reforma e a renascença despertam a autoridade do Estado que tendo agora consciência da necessidade, utilidade e força desta Instituição, chamou a si o direito de a dirigir e ordenar, colocando-a ao seu serviço. Pretendeu-se então que a Universidade preparasse o homem superior, o homem universal, ministrando-lhe, por um lado, a ciência e, por outro, através dela, formando-o para um conceito especial de vida.

Reconhece-se progressivamente que as Universidades são órgãos necessários à vida social e por isso elas surgem em toda a parte encarregadas da formação dos indivíduos destinados às grandes actividades.

De acordo com Stephen d'Irsay, o conhecido autor da Histoire des Universités a universidade que começou por ter uma causa formal, a aglomeração de homens animados das mesmas ambições, e, contemporaneamente, uma causa material, o aumento do saber humano, propendeu, uma vez atingido o clima propício, para uma causa final, qual fosse, o ensino das grandes carreiras indispensáveis à sociedade e aspiração em servir Deus e a Igreja.

No começo, a universidade, como salienta este historiador, revestiu o carácter de cidade democrática, "onde se realizava espontaneamente um ideal cristão de ordem social e política".

Logo a partir do séc. XV vemo-las, em toda a parte, como órgãos de Estado sujeitas aos seus interesses e conveniências, já que a ele compete o seu sustento.

Nelas repercutem os conflitos de pensamento e das ideias religiosas e políticas das várias épocas. O humanismo, o racionalismo, o romantismo, o positivismo e o cientismo, correntes de ideias que se desdobram desde o séc. XVI até o momento presente vamos encontrá-las largamente representadas nas universidades dos respectivos tempos.

Séde dos estudos superiores, fonte da sabedoria e sua legítima distribuidora é muito natural que ele assimile, aperfeiçoe, elabore e represente o melhor do espírito humano.

E chegamos à Universidade de hoje, pertença da Nação, sustentada e dirigida pelo Estado, competindo-lhe acima de tudo fazer obra nacional.

Dentro dos seus deveres como organismo integrado na vida da Nação, onde esta coloca as suas principais esperanças e confiança, destacaremos em primeiro lugar a sua actividade formativa e informativa. Se bem que isto pese a certos doutrinadores extremistas que pretendem dever ser a Universidade apenas um organismo criador de ciência, a quem toda a actividade fora deste escopo fundamental é secundária senão depreciatória, colocando-nos dentro da realidade traduzida pela lei, diremos que é obrigação da Universidade instruir e educar.

Dentro da primeira condição, diremos, compete-lhe ministrar conhecimentos, esforçar-se por transmitir o saber, informar os futuros profissionais das noções indispensáveis para, com dignidade, poderem trilhar o seu caminho; dentro do segundo colocaremos a necessidade de criar nos seus alunos a consciência universitária, o espírito de observação, compreensão, crítica, curiosidade e dúvida metódica, indispensáveis ao progresso da ciência. Ao lado da informação, a formação, da instrução a cultura, do realismo o humanismo, da inteligência a vida.

Perante a onda avassaladora de conhecimentos cada vez mais numerosos e complexos, o ensino universitário defronta uma real angústia. Tomando como índice o que se passa nas Escolas de Medicina diremos que o cérebro humano não pode assimilar a avalanche interminável de saber que diariamente vem ao seu encontro, incessantemente renovado, e que, por isso, elas não podem pretender fornecer médicos sábios e competentes. Reconhece-se que a Universidade, como escrevia recentemente Morgan Jones, não pode aspirar à exercitação técnica, mas que lhe compete principalmente a educação dos seus alunos, cultivando neles uma disciplina de pensamento que leve mais tarde à compreensão e ao progresso.

Quando hoje se fala na necessidade da investigação científica na Universidade não é porque, contrariamente ao defendido por luminosos pensadores do fim do séc. XIX e começo do nosso século, daí se possa esperar, como na expressão de Ramon y Cajal, a "prosperidade da radoura das Nações", mas porque o treino na investigação, mais que qualquer outro, cria o clima adequado ao desabrochar e cultivo das qualidades que se devem encontrar nos homens proeminentes de um país.

O célebre cardeal Newmann já há anos sustentava que a grande preocupação da escola devia ser a educação liberal, admitindo sob este



termo a educação pela crítica inteligente, compreensiva, desapaixorada, liberta de autoritarismos ou preconceitos.

O mundo universitário moderno olha, examina e admira uma realidade fascinadora que de esperança passou a facto tangível.

A ciência saiu da vaga nebulosa onde os filósofos do passado a entreviam, para nos fornecer dados concretos de progresso material e felicidade terrena muito superiores aos do passado.

O universitário não pode furtar-se a uma curiosidade e admiração empolgantes, que o levam por vezes a um eufórico sentimento de força ou suficiência.

Ainda recentemente num congresso internacional realizado numa República Sul-americana o presidente, no seu discurso de abertura, prestava as mais hiperbólicas homenagens à Ciência, elevando-a à categoria da única inquietação e obrigação do homem superior.

Diremos, porém, que a instrução universitária não pode ser só utilitarista ou hedonista, não pode viver na ansia exclusiva de só obter o útil, o agradável e o cómodo, mas acima de tudo tem de se amparar no Ideal.

A frequência de cursos superiores obriga a uma atitude espiritual de aturada atenção e vigilância.

Quanto mais altos os estudos tanto maior a responsabilidade.

É por isso que a Universidade se deve igualmente considerar uma escola onde, ao lado da ciência filosófica ou concreta, outra se deve ministrar: a da dignidade humana, a do culto do dever, a do altruismo ou universalismo.

As Universidades devem ser centros de educação moral, de formação de carácter, dizia-nos o saudoso Reitor de Coimbra, Morais Sarmento.

A Universidade precisa de bons professores, de alunos aplicados, de cultores da ciência, de dedicação universitária, mas não pode dispensar as qualidades morais dos que nela se movem.

Nesta grande família universitária é preciso que todos obedçam aos ditames naturais de uma consciência bem formada. Não se exige comodismo, ou adaptabilidade social, mas honestidade, esforço, entusiasmo, respeito próprio através do respeito alheio.

A vida de qualquer Faculdade ou Escola aponta-nos, de vez em quando, exemplos de quanto pode ser útil à sua Universidade o pro-



Fundação Cuidar o Futuro

fessor, não eloquente, ou ruidoso, mas equilibrado, sensato, sabedor e que, em qualquer conjuntura, se aponta pela firmeza do seu carácter. Os acontecimentos fazem-lhe sempre justiça. Não só por si, como pelos discípulos que formou, a Universidade não deixará de o recordar com veneração.

"Não há comunidade possível, nem salvação possível para o humano, se não se voltam a tomar as divisas éticas como as únicas capazes de elevar e enobrecer o processo das acções individuais e colectivas" dizia F. de los Rios no seu célebre discurso na Universidade de Havana.

A Universidade digna desse nome, tem de se considerar a salvaguarda e o arauto dessas mesmas normas morais que o homem digno pressa como o seu maior bem e refúgio.

Entre as mais próprias da juventude universitária salientaremos, como em parte defende J. Arellano, que não é possível existir uma Universidade portuguesa sem vocação, entusiasmo, rebeldia, generosidade, intransigência, consciência histórica e catolicismo.

Vocação ou seja a obediência a uma necessidade espiritual, irresistível, de aperfeiçoamento. A vocação não visa em si os proventos quantiosos ou a situação fácil, cada vez mais longe dos diplomados com os cursos superiores, mas, como diz Marañon, leva-nos com milagrosa facilidade, pelo caminho da pulcritude, da caridade e, se preciso, do sofrimento.

Entusiasmo, porque o entusiasmo fortalece a juventude e este tem de estar presente em toda a parte. Nos alunos, nos mestres, nas ciências professadas, nas descobertas que incessantemente se evidenciam, no modo de falar, na discussão, no método de ensino e até, no calor e persuassão, ou na calma e prudência, que o professor põe nas suas críticas.

Rebeldia, do lado do professor e do aluno, como estado de oposição ao tom dogmático da ciência, de afirmações preconcebidas, de autoritarismos do magister dixit, para em seu lugar introduzir a sinceridade, observação, curiosidade, naturalidade e inteligência.

Generosidade sim, em relação aos que começam, aos que ainda não cresceram, vêm ou compreendem, atitude tomada, não por conforto ou indiferença, mas por força ou vitalidade interior. A generosidade obri



ga a compreender, a estimar, a defender os fundamentos morais da existência pessoal e a querê-los difundidos num maior número de camaradas. A generosidade é sinónimo de simpatia, exemplo vivo, dedicação e sacrifício, postos, sem reticências, voluntariamente, ao serviço da causa humanitária.

Na Universidade deve viver-se o espírito de intransigência na defesa plena dos direitos sagrados de uma elite. Intransigência para que nada a perturbe nas suas legítimas aspirações, de honesta aprendizagem, de educação, de cultura geral, de nacionalismo e que, acima de tudo, nunca lhe permitam esquecer as naturais prerrogativas da pessoa humana, de cuja protecção e defesa um dia será a encarregada.

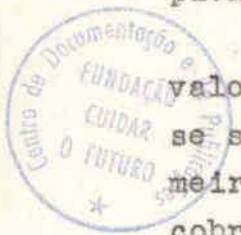
Na Universidade vive-se uma consciência histórica que lhe é dada pelo seu passado, origens, reformas, sobressaltos, crises e esplendores.

À medida que os anos passam surge cada vez mais gritante o valor deste passado, desta tradição, que mantém vivo nas gerações que se sucedem o respeito pela obra intelectual do escolar que, desde o primeiro dia, ali viveu na permanente inquietação de aprender, ensinar, descobrir e aperfeiçoar.

Esta consciência histórica impõe uma ideia de nacionalismo indefectível, de portuguesismo, vivendo cheio de responsabilidades a condição que lhe é estabelecida por um passado universitário ligado intimamente à vida da Nação.

E quem diz consciência histórica nacional, não esquecendo o apoio, senão impulso, que a Nação portuguesa encontrou, desde a sua fundação, na Igreja, e que católica se confessa a quase totalidade da nossa população, poderá dizer que, se na vida da Universidade tem de estar presente a Nação, do mesmo modo lhe não poderá faltar o catolicismo, a alma da Igreja a que a nossa civilização está tão intimamente ligada.

Em resumo, a vida ou a cultura universitária, que hoje tanto propende para o realismo, não pode negar as ideias que elevaram e elevarão sempre o homem acima da sua pobre condição. O ser vale, em si mesmo, pela sua dignidade ontológica, e o sentir vem em reforço dessa dignidade. A Universidade vai aspirar ao desenvolvimento de pessoas sábias, doutas, eficientes, mas tem de igualmente pretender que elas sejam pessoas humanas, personalidades totais, cientes e conscientes, não



só da pequena vida que as rodeia, mas que vão mais longe, abraçando o verdadeiro destino e missão do homem.

Só assim ela nos dará os verdadeiros cidadãos do mundo, não este, movediço, pequeno e efémero, mas um outro, seguro e eterno, a cuja glória e domínio eles estão indissolúvelmente ligados.

* * *

Tentemos agora responder à 2ª. pergunta: O que é a Igreja? Poderá à primeira vista parecer ousado da parte de um leigo tentar definir uma Instituição que tem hierarquia, doutrinadores, sábios cheios de autoridade, que projectam as suas luzes por toda a parte. No entanto sucede frequentemente que nos movemos na sua órbita sem aprofundarmos o sentido da sua missão. Cumprem-se os preceitos, segue-se o culto, mas estará sempre presente o homem na sua plenitude de corpo, consciência, vontade, respeito, coragem e dedicação? Eis porque, com a devida vénia, me atrevo a abordar este difícil problema que tento colocar ao nível do universitário dos nossos dias.

A palavra Igreja tem origem na palavra grega Eklesia que significa a reunião de cidadãos sob um dado apelo. Para nós a Igreja com I grande é a Igreja cristã, reunião de indivíduos em torno de Cristo. De acordo com a terminologia da Idade Média, podemos dizer que a Igreja é a universidade dos cristãos, uma, senão a primeira, organização corporativa, que a história dos tempos conhece.

O que caracteriza esta corporação, esta universidade, não é porém a protecção mútua dos indivíduos que a compõem, visando a melhoria material, mas o Espírito que os sustenta e impele a defenderem a crença numa vida eterna e a necessidade de, na vida terrena, seguirem fielmente a doutrina de um Homem que rapidamente passou pelo mundo e aqui deixou uma palavra única de Revelação, Esperança e Destino. A Igreja recebeu a vida deste Homem - Cristo, que era Deus e nela infundiu o seu Espírito. Ela é a comunidade dos cristãos que tomando este nome se confessam subordinados a um princípio fundamental e a uma trajectória irresistível de elevação até ao seu Criador.

O Cristianismo, e o mesmo é dizer a Igreja de Cristo, prega que nele existem 3 virtudes essenciais.





A primeira é a Verdade, sobre a exacta natureza do indivíduo humano, sobre o significado sobrenatural da sua existência e fim.

A segunda é a Moralidade, pois a sua doutrina estabelece normas de conduta como outras não há para a vida individual e social. A sua novidade está nas leis em si, na sua ordenação, mas principalmente por lhe terem sido ditadas por quem, acima de tudo, pôs o amor de Deus e dos homens.

Eis porque não pode, à Verdade e à Moralidade, faltar uma outra qualidade, a do amor. O Cristianismo é a doutrina do Amor, na frase de Michael Schmaus, o amor é o coração do cristianismo.

Compreende-se bem toda a amplitude desta expressão amor de Deus e amor dos homens, por amor de Deus. É isto o que prega a Igreja cristã. Num mundo agitado por paixões e ódios, divisões e ruína, a Igreja repete, a cada passo, a mesma sentença: amai-vos uns aos outros.

Diremos ainda que, além destes, o cristianismo exige hoje, como outrora, uma nova virtude a do heroísmo. Esta força, felizmente entre nós, não é para resistir a leis e autoridades que proibam ou limitem os direitos de culto, que cerceiem as naturais prerrogativas dos católicos em viverem às suas crenças, mas sim para que o homem se não disperse, atordõe, confunda, ou perca, no meio do torvelinho da vida presente.

O homem de hoje está demasiado ocupado. Desde as primeiras horas da manhã até à noite a sua atenção é solicitada para uma série ininterrupta de preocupações que o esgotam física e mentalmente.

Surge como nunca a necessidade imperiosa de uma fuga, de um isolamento, em que, longe do barulho mundano, o homem possa ser ele-mesmo e viver consigo mesmo.

Este perigo social é acrescido no Cristão. Enredado no deslizar da vida do mundo e obrigado para viver a nele se ocupar e por vezes esgotar, precisa de uma frequente alerta ou vigilância não vá pouco a pouco o espírito adaptar-se ao ritmo de vida e não lhe fique tempo para considerar o verdadeiro significado da sua existência e destino.

O activismo, como bem mostrou o cardeal Subrard na sua pastoral "O Sentido de Deus" é inimigo da contemplação.

O Cristianismo não pode subsistir sem bravura, o coração do crente tem de ser forte, resistente, para reconhecer e ter como insubs

tituível a excelência da Mensagem de que se faz portador.



* * *

A Igreja é, como dizíamos, a comunidade dos Cristãos ou, por outras palavras, os cristãos reunidos em Sociedade. Esta Sociedade tem ordem, organização de competências, hierarquia. Na frase de Jorge Scelle, não há sociedade sem estas características (Precis de Droit des Gens 1932), a anarquia é a negação da solidariedade social.

A Igreja organizada e hierarquizada tem uma força, de poderio material nulo, mas que dispõe como nenhuma outra do coração dos homens, porque se apoia numa doutrina de verdade transcendente e penetrante.

Compete-lhe prégar por toda a parte o reino de Cristo porque a isso é obrigada pelo seu divino fundador.

Fá-lo sempre sem hesitação porque continuam a ressoar aos seus ouvidos as eternas palavras de ordem: "Eu venci o mundo"; e noutro momento: "Avança pelo mar dentro".

E fá-lo também amparada numa infinita confiança, como dizia o célebre Cardeal Newman. "É a criação mais pobre e desvalida, pois se encontra posta totalmente nas mãos do homem, livre de presunção e veleidade; quanto mais puramente viver os seus próprios problemas, quanto menos confiou na espada e no arco, nos carros e cavalos e nos braços dos homens, quanto menos do mundo tiver sido, tanto mais indefesa esteve em certo modo, mas tanto mais fortemente combateu o orgulho e o poder".

Nesta Instituição, que representa no mundo o corpo místico de Cristo, há lugar para todos nós. Todos os que pelo batismo nela entramos, desde o mais poderoso ao mais humilde, nunca mais podemos fugir à obrigação que é simultaneamente motivo de orgulho de aceitarmos em toda a parte os seus conselhos e directrizes.

* * *

Desde que existe, a Igreja sentiu-se obrigada ao dever de instrução.

Os que tiveram a sorte de ver a Cristo ou contemplaram as realidades tangíveis da sua presença, todos os tocados pela graça da Fé, nunca mais calaram o seu testemunho.

À medida que a humanidade cresceu e progrediu a Igreja não esqueceu a sua missão civilisadora e educadora.

Os progressos da ciência pura, nunca lhe fizeram sombra, mas reivindicou e reivindica que qualquer trabalho manual ou intelectual, todo o avanço no domínio das coisas ou das idéias, devem ser subordina-
das a um conceito cristão de Sociedade que confere aos homens e aos factos uma excepcional dignidade e obrigação.

É por isso que defende a sua pedagogia, na qual há normas próprias, que tendem, afinal, a dar qualidade às normas comuns.

Quais os fins da pedagogia religiosa?

Perfilhando, neste ponto, a autoridade de Juan Zaragüets, di-
remos serem quatro as suas intenções:

1ª. desvanecer do ânimo do homem, a ilusão vital que tão estreitamente o faz aderir aos bens terrenos e temporais;

2ª. garantir o despreendimento afectivo da vida terrena e temporal, levando o homem a senti-la como um dom de Deus;

3ª. não quere indiferença pela vida presente e seus bens mas preocupa-se em que, em toda a forma de cultura, mesmo profana, se encontre o sentido do divino;

4ª. amar a perfeição de Deus em si mesmo, através das suas criaturas.

Nestes quatro objectivos, encantadores na sua simplicidade, temos as bases fundamentais da preocupação inesgotável da Igreja. Afli-
ge-a o indivíduo humano sempre triste, pobre, amargurado, insatisfeito, por mais que as aparências o neguem, e repete-lhe, continuamente, que não há felicidade verdadeira, sem liberdade e vivência em Cristo.

Liberdade, por desapego das coisas terrenas, materiais, efé-
meras, convicção na impossibilidade do auto-domínio, certeza de que tu-
do o que o rodeia, por mais fácil que fosse a sua apreensão, em vez de felicidade só lhe daria inquietação e sujeição.

Vivência em Cristo, porque todo o homem criado à sua imagem e semelhança, adquire deste modo uma dignidade imensa. Nunca pode ser um entre muitos, mas uma personalidade concreta, chamada em todos os



pontos a colaborar numa obra Superior de cristianisação universal.

Ao mesmo tempo a Igreja defende que não quer indiferença pela vida presente e seus bens, pela ciência, pela cultura, mas que só se preocupa com que em tudo se tope o sentido do divino.

Admira e encoraja os progressos da Ciência e da civilização e louva-os na medida em que eles colaboram na maior distribuição da felicidade na terra e na supressão da desigualdade social.

Todos os homens quere-os iguais num mínimo de conforto, como também de liberdade.

Não esquece, porém, que ainda não há muitos anos, três escritores, tão brilhantes como transviados, lhe fizeram acusações tremendas que pesaram e pesam na consciência de certos povos e gentes.

A Igreja levanta-se desassombradamente contra Hegel, Marx e Nietzsche e mostra-lhes a visão deformada do problema.

Contra Hegel que sustentava "ter o Cristianismo tornado mais suportável a sorte ao escravo com a esperança do Além", contra Marx com a sua célebre frase, "a religião é o ópio do povo" e contra Nietzsche que afirmava "ser o cristianismo a negação da vida", a Igreja defende-se e convence-nos com uma série interminável de argumentos.

Não é o escravo que ela quer mas o homem livre de necessidades e paixões.

Não é o eternamente submisso, de olhos postos no chão, temeroso da luz, que Ela estimula e fabrica, mas o homem pleno, personalidade erecta, convicto dos seus direitos e deveres.

A Igreja não é obscurantista, não vive nas trevas, mas deseja e louva a claridade do progresso na civilização, desde que por civilização se entenda uma distribuição mais equânime, a melhoria no nível de vida dos indivíduos e nações e o despertar das consciências.

O Cristianismo, em vez de ser a negação, é a afirmação da vida, conferindo ao indivíduo, não o conceito acanhado de uma existência fugaz, limitada às preocupações de subsistência de uma vida instável, mas criando-lhe a idéia de cidadania num mundo eterno de esplendor e perfeição.

O Cristianismo não é ópio do povo, pois povo somos todos nós, dirigentes e dirigidos, universitários e leigos, mas é uma consolação da qual todos temos necessidade e, mais ainda, uma exigência de amor e



de bondade, de justiça e caridade universal quando não de coragem para levar este amor, por vezes, até o heroísmo do dom total (P.^o Riquet).

O Cristianismo prega a necessidade do homem novo, do indivíduo constantemente renovado, na inquietação do aperfeiçoamento contínuo em si e nos outros.

Eis porque a Igreja em nada empana antes lustra o brilho natural das coisas e dos factos. A Igreja não pode deixar de estar presente em quaisquer manifestações de actividade isolada ou colectiva, individual ou social, desde que dela possam sair transformações radicais no ser e no pensar.

Não fuge à sua responsabilidade e fá-lo sempre na convicção antecipada de que lhe não faltarão escolhos e triunfos.

Sabe que a perseguição é certa. Desde os primeiros tempos até agora, a perseguição caracteriza a vida da Igreja, em obediência ao aviso que Cristo deixara aos seus discípulos: "Envio-vos como ovelhas no meio de lobos; sede prudentes e simples" e noutra ocasião "Se o mundo vos aborrece, sabei que me aborreceu a mim primeiro que a vós. O servo não é maior que o seu Senhor. Se me perseguiram, também a vós perseguirão".

Mas ao lado disto a Igreja conta com a certeza antecipada da vitória.

O cristão tem de viver com a esperança na invencibilidade da Igreja, invencibilidade garantida não pelas riquezas ou poderio, mas pela sua força espiritual indestrutível.

2.000 anos afirmam-nos que não há forças humanas que consigam destruí-la.

Como poderia ser de outro modo? A sua criação foi divina, divina a sua organização, infalível a sua doutrina, anima-a o sopro do Espírito Santo.

"As múltiplas ameaças e perigos nunca prevalecerão contra ela".

* * *



E chegamos agora à terceira pergunta que nos comprometemos a abordar. A Universidade e a Igreja, instituições dedicadas essencialmente, uma à ciência profana, outra à ciência religiosa, têm caminhos divergentes ou as duas ciências têm pontos de contacto, não se podem ignorar mutuamente, os progressos de uma serão sempre motivo de estímulo e aperfeiçoamento da outra?

Como vimos, nos princípios da fundação da Universidade, este problema não tinha lugar. Nessa data a Igreja e o Estado, o Papa e o Imperador estavam, de tal modo unidos, que se podia dizer, como na frase de um orador célebre, serem duas metades de Deus.

A questão religiosa não interessava à Universidade pois dominava-a inteiramente.

"A Universidade é uma confraria composta quase exclusivamente por padres, mestres e estudantes trazem a tonsura, constitui no seu conjunto um órgão da Igreja. Dizer que a fundação das Universidades foi um sinal da emancipação do espírito no domínio religioso e que o movimento universitário teve por objecto principal substituir por corporações penetradas do espírito laico, as escolas cristãs dos capítulos e abadias, é cometer pesado erro".

Deste modo se exprime o erudito Luchaire, insuspeito porque se confessa de um campo oposto ao da Igreja.

E assim foi durante séculos apesar das repetidas acusações dos adversários da Igreja que viam nesta a criadora de uma ideologia, capaz de entorpecer senão deformar, as naturais expansões de um espírito curioso, ávido em descobrir e realizar.

Mesmo quando a Universidade passou a organismo do Estado, por muito tempo a Igreja dominou a sua informação e a maioria dos professores era escolhida entre os seus mais destacados elementos. Tudo era ensinado de acordo com os dogmas da religião católica, apostólica e romana e totalmente subordinado às suas leis e teorias.

No entanto, à medida que o tempo passa e o Estado se compenetrada da sua força e mérito, os dirigentes recorrem às suas luzes para esclarecer pontos de direito que interessam às pessoas e às nações.

Carlos V condecorou a Universidade de Paris com o título de "Filha mais velha dos Reis" e, se noutros países o mesmo não sucede,



isso não impede que, em toda a parte, progressivamente, ela seja levada à categoria de mãe espiritual de um país, principal fornecedora das luzes do saber.

No século XIX a Universidade do Estado separou-se totalmente da Igreja, os professores passaram a ser escolhidos entre os leigos, como laica passou a ser a instrução nela prestada. Em vez de ideologia do homem ser excepcional, único, que em tudo deve procurar a perfeição e para ela viver em crescente angústia, a Universidade envergonhou-se daquilo que supoz ser a sua fraqueza e aspirou apenas a dedicar-se ao estudo dos fenómenos naturais.

A Universidade não quiz, de futuro, nada com a Igreja.

Foi então que a Igreja, alarmada com os perigos de um ensino que se chamou secular, e por isso mesmo incompleto, fomentou a organização das Universidades Católicas que aspiravam aos seguintes objecti-

vos:

- a) preservar a juventude
- b) criar escolas normais superiores de ensino livre
- c) formar uma elite intelectual no clero
- d) preparar lares cristãos de alta ciência
- e) realizar uma missão doutrinal.

Estas Universidades foram e são chamadas Universidades livres, porque libertas da autoridade, como do subsídio do governo. Os seus diplomados, posto que impregnados de muita ciência e aprimorada cultura, nem sempre têm equiparação aos diplomados por Escolas dos mesmos estudos, sob a instituição e gerência do Estado.

São subordinadas à autoridade superior da Igreja e nelas se agrupam, em regra, 4 faculdades, de Ciências Sacras, de Teologia, de Filosofia e de Direito Canónico. A Constituição apostólica de 24 de Maio de 1931, "Deus Scientiarum Dominus" Deus Senhor das Ciências, regulamenta as suas condições de vida, e extensão dos programas, a sua ordenação, e exige, no fim, a defesa pública de uma tese impressa que deve ser útil ao progresso das Ciências. (Réné Aigrain - Les Univ. Catholiques, 1935).

As Universidades livres podem, porém, não ser católicas, como sucede com a maioria das Universidades dos Estados Unidos da América que têm os seus bens e administração próprios, como podem ter tomado este nome, arvorado como liberdade de pensamento. Em 1834 fundou-se



em Lovaina a 1ª. Universidade livre que era católica e, na mesma data, em Bruxellas se instituiu uma Universidade livre, não estadual, colocada sob o patrocínio do livre-pensamento belga.

Ao lado destas colocam-se as Universidades Católicas que o são principalmente de nome, porque o Estado tomou a religião Católica como a religião oficial do país e porque a Igreja promoveu a sua fundação. Podem não estar, porém, totalmente subordinadas à sua autoridade. O Estado, ou os particulares que as sustentam não abdicam dos seus direitos à administração. É, por exemplo, o que se passa nas Universidades canadianas de Quebec (Universidade Laval) e de Montréal. Numa e noutra o ensino universitário abrange todas as ciências.

Nalguns países como a Alemanha, Áustria, Polónia, França (Estrasburgo) e Portugal havia nas Universidades do Estado, estudos de Teologia Católica e de Direito canónico, organizados em Faculdade. Rigorosamente não se podiam chamar-lhe Universidades livres mas sim estudos superiores de Teologia Católica professados numa escola governamental. Têm-se extinguido progressivamente.

Das três na da cidade, Universidade Livre, Universidade Católica de nome, mas do Estado de facto e Faculdades de Teologia numa Universidade do Estado, fica sobretudo a primeira a marcar a categoria de verdadeira universidade em que os problemas do dogma e fé católicas constituem a preocupação número um. A Universidade Católica é uma Universidade livre.

A Universidade Católica quer ser fundamentalmente um centro de cultura e instrução, um foco irradiante de luz e progresso e um meio incuperável de educação cristã.

Recusa-se a ser, e nisso se sirvo da opinião autorizada de um eminente historiador, um organismo político ou centro de oposição ao poder estabelecido, meio de domínio ou instrumento de ditadura religiosa, estabelecimento rival dos do Estado, ou séde de divisão da juventude. Na democracia cristã há lugar para todos, aspira-se à união na variedade, todos são irmãos em Cristo, as suas principais armas são o saber, a convicção e o exemplo.

A Universidade Católica aspira a evitar a anarquia doutrinal a qual, segundo Baudrillart, "é a consequência fatal da liberdade de pensar tal como a entendem os mestres do Estado Moderno e a anarquia



doutrinal traz a anarquia moral, senão sempre na conduta, pelo menos, nos princípios".

Não há Igreja sem espírito religioso e não há espírito religioso sem dogma, autoridade e culto, diz-nos o Doutor Gonçalves Cerejeira no seu memorável estudo sobre a Igreja e o Pensamento contemporâneo.

A Universidade Católica sujeita-se ao respeito e estudo do dogma e movimenta-se sob a disciplina da Igreja.

"A Igreja, nunca inimiga das ciências e das artes, ama e preocupa-se em ter centros próprios de alta cultura onde possa exercer a sua função livre e plena", são palavras do actual Papa Pio XII aos universitários da Acção Católica, em Abril de 1941.

Mais tarde não se cansa de insistir:

"A permanente actualidade dos institutos ou universidades católicas reside na sua utilidade; na necessidade de constituir um corpo de doutrina, ordenado e sólido, de criar um ambiente de cultura especificamente católico. Um ensino ainda que irrepreensível, em todos os ramos do saber, completado mesmo pela agregação de uma instrução religiosa superior não basta. Todas as ciências têm, directa ou indirectamente, alguma relação com a religião; não apenas a teologia, a filosofia, a história, a literatura, mas ainda as outras ciências, jurídicas, médicas, físicas, naturais, cosmológicas, paleontológicas, filológicas. Dando-se até o caso de não incluírem nenhuma relação positiva com os problemas dogmáticos e morais, nem por isso correriam menos risco de se encontrarem muitas vezes em contradição com eles". (Discurso aos professores e alunos dos Institutos Católicos da França, Set. 1950).

E a seguir completa o seu pensamento:

"Universidade não significa apenas justaposição de Faculdades estranhas umas às outras, mas síntese de todos os objectos do saber. Nenhum deles está separado dos outros por um compartimento estanque; todos devem convergir para a unidade do campo intelectual integral. E o progresso moderno, a especialização cada vez mais desenvolvida, tornam esta síntese também mais necessária que nunca.

A Universidade católica é uma necessidade imperiosa do tempo presente. É imposta pela doutrina e autoridade da Igreja e é reclamada pela angústia do pensar humano, perturbado pela avassaladora marcha da



descoberta e conquista.

Dizia Luís de Broglie, em 1946, na Academia Francesa, que o nosso tempo apresenta uma grandeza quase trágica, tão inúmeras são as dificuldades em que está enredado e inseguras as perspectivas que ante ele se abrem.

Perante estas dificuldades e inseguranças, a palavra e a acção da Igreja, erguem-se como orientador firme e infalível.

A Universidade católica, educando a juventude dentro das normas basilares da sua doutrina, juventude a quem amanhã competirá dirigir as relações entre os indivíduos, povos e nações, é garantia de progresso, prosperidade e paz.

Portugal não conta ainda com um Instituto desta índole, apesar de serem inúmeras as sugestões no sentido da criação de uma Universidade livre, sob a égide da Igreja e sustentada pela cristandade portuguesa.

Como católico, vivendo num país que católico se confessa, não podemos senão aplaudir tal ponto de vista perfeitamente adaptável à necessidade da Igreja, do País, e da cultura humanística em geral.

Esta Universidade pode ter Faculdades de estudos eclesiásticos, como Faculdades de estudos civis. Entre as primeiras, como sucede em toda a parte, destacam-se as de Teologia, Direito canónico e Filosofia; entre as segundas encontramos, como se observa nas Universidades católicas do Canadá, da América do Sul, em Lille e Lovaina, professadas, além de outras, as ciências do Direito, Biologia, Letras, Medicina.

A quem de direito, competirá decidir como e onde deveria ser organizada a primeira universidade católica portuguesa. De todos os portugueses tem, porém, de partir o voto, que é um pedido dirigido às autoridades da Igreja, no sentido de que indefinidamente se não proteja a criação de uma Universidade que é simultaneamente uma obrigação e um direito. Obrigação sobejamente justificada por tudo quanto vem de dizer-se sobre as exigências e incertezas do mundo contemporâneo, direito, apoiado na doutrina da Igreja e na liberdade que a Constituição Política do Estado português confere às instituições particulares sobre o ensino no nosso país.

O artº. 42º. bem esclarece que "a educação e instrução são



obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela".

Não se atemoristem os que não são do nosso credo, porque ninguém nega e a Igreja muito menos, que as ciências possam ter os seus domínios num campo fora dela. A maioria dos capítulos das ciências clássicas ou técnicas têm indiscutível personalidade e independência, que não pode ser lesada por qualquer outro condicionalismo.

Dizia S. Eminência o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, falando na Universidade Católica de S. Paulo: "Justifica-se certamente a constituição autónoma das diversas ciências pela exclusiva fidelidade aos seus métodos. E até pode ser uma necessidade prática, em países religiosamente divididos, de tolerância pelas religiões professadas: expressão de neutralidade religiosa do Estado e de autonomia de ordem temporal".

A Igreja não pretende destruir a autonomia das Ciências como não é sua intenção absorver os direitos do Estado. Limita-se a fazer valer o seu direito. Não pretende qualquer confusão de valores.

"Um cristão não deve ser menos acessível que Sócrates à Propoeia das Leis, essas leis da cidade as quais devemos a civilização de que nos orgulhamos, todas as vantagens, todas as protecções, todas as seguranças de que beneficiaram o nosso nascimento, o nosso crescimento, a nossa educação, a nossa ascensão na vida", dizia-nos o P.^o Riquet da tribuna de Notre-Dame.

Em 1895, quando acesas em França as lutas entre os direitos do Estado e da Igreja, no terreno da instrução, um dos grandes lutadores da época, Mgr. d'Hulst, prevenia os católicos dos perigos da conquista do poder e em palavras repassadas do maior fulgor condenava os que supunham servir a Igreja tomando conta do corpo da Nação, desprezando o espírito.

Nisto estava de acordo com o Papa Pio IX que na encíclica "Etsi Multa" desenvolveu, largamente, a doutrina dos dois direitos com as palavras tão conhecidas: "A fé ensina e a razão humana demonstra que há duas ordens de coisas e que é preciso também distinguir duas classes de poderes na terra: um natural que procura a tranquilidade da Sociedade humana e se ocupa dos negócios temporais; outro, de origem sobrenatural, que por instituição divina governa a cidade de Deus,



quere dizer, a Igreja de Cristo, para a paz e salvação eterna das almas".

Mais tarde Leão XIII nas suas encíclicas "Immortale Dei" e "Sapientiae Christianae" insiste sobre a mesma importantíssima questão:

"Deus dividiu entre dois poderes o governo do género humano, o eclesiástico e o civil, pondo um à frente das coisas divinas, outro à frente das humanas. Ambos supremos, cada um em sua ordem; um e outro têm limites fixos imediatamente determinados pela natureza e fins de cada um. Mas os mesmos subditos estão submetidos a um e outro poder e pode suceder que a mesma matéria, posto que sob aspectos diversos, caia sob a competência e critério de cada um. Deus providentíssimo, de quem ambos dimanem, deve ter assimilado, com recta ordem, a cada um, os seus caminhos. Os poderes que existem estão por Deus ordenados". (Immortale Dei).

O Papa Pio XI na sua célebre encíclica "Divini Illius Magistri" distingue, com perfeição insuperável, os direitos da Família, do Estado e da Igreja, à Educação.

Sobre os direitos natos da Igreja depois de mostrar que Ela pode ensinar todas as disciplinas, nunca prejudica a sociedade civil e que deve vigiar o ensino, usa umas palavras de admirável concisão: "o exercício dos direitos da Igreja quanto ao ensino não é ingerência, mas providência". A Igreja não perturba, estorva, paralisa ou deforma; só se preocupa em "preservar os seus filhos dos graves perigos de todo o veneno doutrinal e moral".

A Igreja não tem precisão de mandar e dirigir, de ter força e poderio em organismos do Estado que tem estrutura e vida próprias.

Mas a Igreja não pode esquecer que ali vive, cresce e molda a juventude do país, que as idéias incutidas nesta época da vida têm vivência perdurável, que os professores universitários têm uma responsabilidade que só tem equivalente nos direitos que a Sociedade lhes presta, que ciência sem consciência, numa frase célebre, não é senão ruína da alma, que a Universidade, em suma, tem de ser norteadada por uma série de valores morais, sem o que o progresso em vez da elevação até um mundo novo de beleza e felicidade, pode vir a trazer desordem e ruína.



Fundação Cuidar o Futuro

A Igreja vem até à Universidade para lhe dizer insistentemente pela palavra do actual Pontífice: "A educação directa da juventude nunca foi de tão decisiva e vital importância como hoje, quando nos enfrentamos com os erros terríveis do naturalismo e do materialismo, erros que evidenciam a vacuidade duma filosofia construída sobre fundamentos puramente humanos" (mensagem aos católicos dos E.U.A. em 13-11-939).

E no Natal de 1942 volta a prevenir: "Uma doutrina de construção social que negue a íntima e essencial conexão com Deus de tudo o que se refere ao homem ou prescindir dela, segue um caminho falso e, enquanto com uma mão constroi, com a outra prepara os meios que, tarde ou cedo, porão em perigo ou destruição a sua obra".

Os mandamentos cristãos consubstanciam uma norma de vida e acção, de ser e dever ser, que fortalece e enobrece tudo o que é humano.

A Igreja não quer o domínio do temporal, não pensa intrometer-se na vida própria da Universidade, mas atende e deseja que a vida universitária seja iluminada e rejuvenescida pelo conceito cristão do homem, no que ele é como individuo e como parcela da Sociedade.

Além da Universidade Católica, duas vias se me apresentam como de adopção desejável, para conseguir este objectivo: a primeira seria a criação de cursos de deontologia em todas as Faculdades ou Escolas de estudos superiores; a segunda, a intervenção persistente, convincente, exemplar, de todos os universitários aqui presentes, filiados ou não na Acção Católica, junto dos seus camaradas, principalmente dos que não foram educados, nem ensinados, nas noções elementares da Fé cristã.

Apenas as Faculdades de Medicina têm, pela última reforma, um discreto curso de Deontologia, mas nas outras Faculdades, nas de Direito, Ciências e Letras, nas Faculdades técnicas, há também lugar para um curso onde se professe a Ciência do Dever.

Os seus diplomados vão viver no mundo e deverão ter do mundo um conceito tanto quanto possível exacto. Um curso de deontologia impregnado da moral que caracteriza a nossa civilização e que por isso se diz cristã, será um curso em que estará presente a doutrina da Igreja.



CONCLUSÕES

- 1ª. A Universidade tem de ser um organismo integrado na vida nacional.
- 2ª. Compete-lhe ministrar conhecimentos e criar a consciência universitária; ao lado da informação a formação, da instrução a cultura, do realismo o humanismo, da inteligência a vida.
- 3ª. A Universidade deve ser centro de formação do carácter e, por isso, nela deve haver vocação, juventude, rebeldia, generosidade, intransigência, portuguesismo e catolicismo.
- 4ª. A Igreja é a cidade de Deus, nela residem três virtudes essenciais, a Verdade, a Moralidade e o Amor.
- 5ª. A Igreja é obrigada ao dever da Instrução e tem a sua pedagogia própria sujeita a duas condições: liberdade e intervenção em Cristo.
- 6ª. A Igreja conta com a oposição mas conta também com a invencibilidade.
- 7ª. A Universidade Católica é uma necessidade do tempo presente.
- 8ª. A religião católica não empana antes lustra a Ciência.
- 9ª. A Intervenção da Igreja no terreno da instrução não é ingerência, mas providência.
- 10ª. Ao lado da Universidade Católica, no sentido de tornar mais íntimas as relações entre a Igreja e a Universidade, deve fomentar-se a criação de cursos de deontologia e estimular-se a actividade de todos os universitários, filiados ou não na Acção Católica, no sentido de, em qualquer parte, darem conta edificante do espírito de doutrina de que são portadores.

